

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS-UFAL
CAMPUS A.C. SIMÕES
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES – ICHCA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ANA PAOLA SILVA FERNANDES MAGALHÃES

**LUZ, CAMÊRA E REALIZAÇÃO: O FESTIVAL BRASILEIRO DE CINEMA DE
PENEDO NO PERÍODO DITATORIAL**

MACEIÓ

2025

ANA PAOLA SILVA FERNANDES MAGALHÃES

**LUZ, CAMÊRA E REALIZAÇÃO: O FESTIVAL BRASILEIRO DE CINEMA DE
PENEDO NO PERÍODO DITATORIAL**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Graduação em
História da Universidade Federal de
Alagoas, como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Anderson da Silva
Almeida

MACEIÓ

2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA**

**ATA DE REGISTRO DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO (TCC) À BANCA EXAMINADORA DO CURSO DE HISTÓRIA**

Aos 26 dias do mês de maio de 2025, foi instalada a Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de **História** do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA), às 16h00, de forma remota, a que se submeteu a graduanda **Ana Paola Silva Fernandes Magalhães** do curso de Licenciatura em História tendo como título o trabalho: **“Luz, Câmera e Realização: o Festival Brasileiro de Cinema de Penedo no período ditatorial”**, como requisito para integralização curricular e obtenção do Diploma de Graduação, após a Colação de Grau, tendo como Banca Examinadora os(as) professores (as): Presidente- Orientador Anderson da Silva Almeida (UFAL), 2º membro, Professora Drª Lídia Baumgarten (UFAL) e 3º membro, Professora Drª Michelle Reis de Macedo (UFAL), referendado pelo colegiado do curso de Licenciatura em História. Analisando a apresentação do trabalho pelos membros da banca examinadora, foi atribuída a nota 10,00 (Dez) que resultou na **APROVAÇÃO** do trabalho. E, para constar, eu, presidente da banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos membros da Banca Examinadora.

Maceió/Alagoas,

26 de maio de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDERSON DA SILVA ALMEIDA
Data: 28/05/2025 16:00:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1º Membro: Presidente(a) Orientador(a): _____

Documento assinado digitalmente
gov.br LIDIA BAUMGARTEN
Data: 28/05/2025 11:02:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2º Membro: Profª Drª Lídia Baumgarten: _____

Documento assinado digitalmente
gov.br MICHELLE REIS DE MACEDO
Data: 27/05/2025 12:49:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

3º Membro: Profª Drª Michelle Reis de Macedo: _____

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que **Ana Paola Silva Fernandes Magalhães** é AUTORA do capítulo: **Luz, câmera e realização: o Festival Brasileiro de Cinema de Penedo no período ditatorial**. Esse capítulo integra a obra *Pacto de Silêncio: o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas* – v.2 (ISBN 978-65-5624-292-7 - e-book), de Anderson da Silva Almeida, Marcelo Góes Tavares(Org.), faz parte do acervo da Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal) e pode ser depositado no Repositório Institucional da Ufal (RIUfal).

Maceió, 16 de maio de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **ERALDO DE SOUZA FERRAZ**
Data: 16/05/2025 15:13:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Eraldo de Souza Ferraz
Diretor da Edufal

PACTO DE SILÊNCIO

O GOLPE DE 1964

A DITADURA E A TRANSIÇÃO EM ALAGOAS

Org. Anderson da Silva Almeida | Marcelo Góes Tavares



Volume II
Cultura, Narrativas e Trajetórias

Esta obra foi aprovada pela Comissão Editorial do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e financiada pelo “Viramundo”: coletivo de pesquisadores/as em História, Ditaduras e Arte engajada, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), cadastrado no CNPq, em parceria com o Laboratório de História, Memória e Política (LAHMP), da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal), campus Palmeira dos Índios.

Coordenação: Anderson da Silva Almeida (Ufal) e Marcelo Góes Tavares (Uneal)



Org.
Anderson da Silva Almeida
Marcelo Góes Tavares

PACTO DE SILÊNCIO

O golpe de 1964, a ditadura e a
transição em Alagoas

Volume II
Cultura, Narrativas e Trajetórias

 **Edufal**
Editora da Universidade Federal de Alagoas
Maceió/AL
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Reitor

Josealdo Tonholo

Vice-reitora

Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

Diretor da Edufal

Eraldo de Souza Ferraz

Conselho Editorial Edufal

Eraldo de Souza Ferraz – Presidente
Diva Souza Lessa – Gerente
Fernanda Lins de Lima – Coordenação Editorial
Mauricélia Batista Ramos de Farias – Secretária Geral
Roselito de Oliveira Santos – Bibliotecário
Alex Souza Oliveira
Cícero Pércles de Oliveira Carvalho
Cristiane Cyrino Estevão
Elias André da Silva
Fellipe Ernesto Barros
José Ivamilson Silva Barbalho
José Márcio de Moraes Oliveira
Juliana Roberta Theodoro de Lima
Júlio Cezar Gaudêncio da Silva
Mário Jorge Jucá
Muller Ribeiro Andrade
Rafael André de Barros
Sílvia Beatriz Beger Uchôa
Tobias Maia de Albuquerque Mariz

Núcleo de Conteúdo Editorial

Fernanda Lins de Lima – Coordenação
Roselito de Oliveira Santos – Registros e catalogação

Conselho Científico da Edufal

César Picón - Cátedra Latino-Americana e Caribenha (UNAE)
Gian Carlo de Melo Silva – Universidade Federal de Alagoas (Ufal)
José Ignacio Cruz Orozco - Universidade de Valência - Espanha
Juan Manuel Fernández Soria - Universidade de Valência - Espanha
Junot Cornélio Matos – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Nanci Helena Rebouças Franco – Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Patricia Delgado Granados - Universidade de Servilha-Espanha
Paulo Manuel Teixeira Marinho – Universidade do Porto - Portugal
Wilfredo Garcia Felipe - Universidad Nacional de Educación (UNAE)

Projeto gráfico e Editoração eletrônica

JDMM

Capa

Matheus Freitas

Imagem da Capa

Vol. 2, Abdias Nascimento e Elisa Larki Nascimento na Serra da Barriga, Alagoas, 1983.

Fonte da Capa

Acervo do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufal (Neabi) e da Assessoria de Comunicação da Ufal (Ascom).

Revisão de Língua Portuguesa e Normalização (ABNT)

Fátima Caroline Pereira de Almeida Ribeiro

Catalogação na Fonte
Editora da Universidade Federal de Alagoas - Edufal
Núcleo de Conteúdo Editorial

Bibliotecário Responsável: Roselito de Oliveira Santos – CRB-4/1633

P121 Pacto de silêncio: o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas / Anderson da Silva Almeida, Marcelo Góes Tavares (Org.). - Maceió: Edufal, 2024.
463 p. (Cultura, narrativas e trajetórias, v. 2).

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5624-319-1

1. Ditadura em Alagoas 2. História de Alagoas 3. Golpe de 1964. I. Almeida, Anderson Silva, org. II. Tavares, Marcelo Góes, org.

CDU: 981(82)

Direitos desta edição reservados à
Edufal - Editora da Universidade Federal de Alagoas
Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A. C. Simões
CIC - Centro de Interesse Comunitário
Cidade Universitária, Maceió/AL Cep.: 57072-970
Contatos: www.edufal.com.br | contato@edufal.com.br | (82) 3214-1111/1113

Editora afiliada



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PPGH-UFAL

Coordenação

Irinéia Maria Franco dos Santos

Vice-Coordenação

Arrizete Cleide de Lemos Costa

Comissão Editorial (PPGH/Ufal)

Ana Cláudia Aymoré Martins

Anderson Diego da Silva Almeida

Elias Ferreira Veras

Marcelo Góes Tavares

Corpo Docente

Ana Cláudia Aymoré

Ana Paula Silva Santana

Anderson da Silva Almeida

Anderson Diego da Silva Almeida

Andréa Giordanna Araújo da Silva

Antônio Alves Bezerra

Arrizete Cleide de Lemos Costa

Aruã Silva de Lima

Danilo Luiz Marques

Elias Ferreira Veras

Flávia Maria de Carvalho

Gian Carlo de Melo Silva

Irinéia Maria Franco dos Santos

Jailton de Souza Lira

Lídia Baumgarten

Luana Teixeira

Marcelo Góes Tavares

Michelle Reis de Macedo

Pedro Abelardo de Santana

Pedro Lima Vasconcellos

Raquel de Fátima Parmegiani

Willian Soares Lucindo

Técnica Administrativa

Luciana Alves Pimentel

CAPÍTULO 4

LUZ, CÂMERA E REALIZAÇÃO: O FESTIVAL BRASILEIRO DE CINEMA DE PENEDO NO PERÍODO DITATORIAL

Ana Paola Silva Fernandes Magalhães

“Sem linguagem nova não há realidade
nova”.
(Glauber Rocha, 1965)

Na turbulenta década de 1970, durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), a cidade de Penedo, às margens do Rio São Francisco, emergiu como símbolo de efervescência cultural entre 1975 e 1982, através da realização do Festival Brasileiro de Cinema de Penedo. Durante oito edições, a iniciativa foi mais do que uma singela celebração cinematográfica. Sua realização ocupou um espaço de representação cultural em tempos de censura e repressão política.

O presente capítulo tem o objetivo de debater e compreender o Festival de Cinema como proposta de movimentação cultural e seu impacto tanto na comunidade local quanto no cenário cinematográfico alagoano, dentro de um contexto de ditadura. Para isso, serão exploradas as iniciativas culturais do universo cinematográfico nos anos 1960 e 1970, assim como os intrincados cenários políticos que permearam o evento.

Considerações iniciais

Para uma breve compreensão de como se deu a organização do Festival Brasileiro de Cinema de Penedo, é crucial examinar o contexto sócio-histórico da cidade antes e durante a realização. No período colonial, Penedo despontou como um importante polo comercial e agrícola, graças à privilegiada localização próxima ao Rio São Francisco. A economia era primordialmente sustentada pela produção de cana-de-açúcar (Diégues Júnior, 2012), tabaco e algodão, com uma mão de obra predominantemente escravizada e de origem africana. Este contexto favoreceu o surgimento das elites latifundiárias e, além disso, dos grandes comerciantes, que consolidaram sua influência econômica até o século 20 (Silva; Muniz, 2016).

Ao longo do tempo, a elite econômica penedense exerceu um papel crucial na urbanização da cidade e na consolidação dos espaços de memória, por meio das construções de casarões coloniais, templos religiosos e demais edifícios que permanecem até a atualidade como grande referência da identidade cultural e urbana de Penedo. Neste sentido, entre as décadas de 1950 e 1960, surgiram os primeiros espaços de cinema da cidade, que, posteriormente, serviram como complexos para a realização das edições do festival.

Em 1954, através do financiamento da influente família Peixoto, proprietária da renomada Fábrica de Tecidos Peixoto Gonçalves, em Penedo (Silva; Muniz, 2016), José da Silva Peixoto iniciou a construção do Hotel São Francisco⁷. O Cinema São Francisco, parte integrante do complexo hoteleiro, foi concluído em 31 de janeiro de 1962, marcando o início de uma nova era para a cultura

⁷ Outro edifício de cinema, o Cine Penedo, foi fundado em 1958.

cinematográfica na região. Durante os anos 1960, a sala de exibição do Cine São Francisco se destacou como uma das mais conceituadas do Nordeste, competindo pelo título de maior e mais moderno cinema com Recife, Fortaleza e Salvador (Gazeta de Alagoas, 2003).

Breves considerações sobre o cinema brasileiro

Em primeiro lugar, é de interesse deste texto sistematizar e compreender os contextos da realização do Festival Brasileiro de Cinema. Para alcançar esse intento, é imperativo fazer uma breve análise da história do cinema no Brasil republicano. Na década de 1930, o governo brasileiro estabeleceu bases sólidas para o desenvolvimento do setor cultural, com especial atenção ao cinema. Entre 1936 e 1945, em plena ditadura varguista, Gustavo Capanema⁸ liderou os esforços de estruturação do Conselho Nacional de Cultura (CNC), resultando na criação do Instituto Nacional do Cinema Educativo (Ince). Conforme observado por Galvão (2004), a produção cinematográfica do Ince visava não apenas abordar questões educacionais, mas também valorizar elementos da identidade brasileira e a propaganda ideológica da Era Vargas.

Na segunda metade dos anos 1950, o Brasil passava por um tempo de relativa estabilidade e mudança política e econômica, após o fim do Estado Novo e durante o governo de Juscelino Kubitschek. Esse período ficou conhecido como os “anos dourados”. O cinema desempenhou um papel crucial naquele contexto, influenciando e sendo influenciado pelas transformações culturais da época.

8 Gustavo Capanema, político e intelectual brasileiro, foi ministro da Educação e Saúde Pública durante o governo de Getúlio Vargas (1934-1945), sendo responsável por importantes políticas educacionais e culturais.

Naquele momento, surgiram as chanchadas na cinematografia nacional. Originadas principalmente na década de 1930 e alcançando seu auge nas décadas de 1940 e 1950, as chanchadas apareceram como uma resposta à necessidade de entretenimento leve e acessível para as massas urbanas do Brasil (Pereira, 2010). Contudo, de acordo com Rocha (1963), as produções do gênero foram marcadas por uma grande ausência de representatividade brasileira. As histórias caricatas frequentemente reforçam estereótipos, e muitas vezes optam por um humor simplista e superficial, deixando de explorar questões mais profundas e autênticas da realidade cultural do País.

Na década de 1960, surgiram os primeiros filmes com uma forte crítica social, que externavam as ideias do movimento Cinema Novo. Glauber Rocha, seu principal expoente, defendia a ideia de que para fazer cinema era necessário apenas uma câmera na mão e uma ideia na cabeça. No entanto, a liberdade de expressão na indústria cinematográfica nem sempre foi garantida. Durante os anos de ditadura no Brasil, muitos filmes do Cinema Novo foram alvo da censura, como *O dragão da maldade contra o santo guerreiro* (1969), dirigido pelo próprio Glauber Rocha.

O Cinema Novo marcou uma grande ruptura com as tradições cinematográficas anteriores, buscando uma abordagem mais autêntica e crítica da realidade brasileira. Os filmes produzidos nesse movimento exploraram de maneira profunda questões sociais, políticas e culturais, de modo que:

Retoma[m] a problemática modernista da necessidade de conhecer o Brasil, de buscar suas raízes primitivas, de desvendar o inconsciente nacional por meio de seus

arquétipos para, a partir deste desvendamento, didaticamente ensinar ao povo o que era o país e como superar a sua situação de atraso, agora nomeado de subdesenvolvimento e de dependência externa (Albuquerque Jr., 2009, p. 305).

Mesmo sob a égide do autoritarismo e da censura imposta durante a ditadura, a gestão da cultura de massa no Brasil se revelou notavelmente proeminente para os militares. Apesar das restrições à liberdade de expressão e da supressão de manifestações culturais consideradas subversivas, eles reconheceram o poder da cultura como uma ferramenta de controle e manipulação ideológica. De acordo com Castro Netto (2019), o governo passou a aplicar investimentos em subsídios para produções culturais, abrangendo cinema, música, televisão e literatura, que funcionam como veículos de propaganda para difundir os ideais do golpe.

Além disso, a partir de 1969, os militares passaram a utilizar o cinema como uma ferramenta de propaganda e controle ideológico, visando promover uma imagem favorável do golpe. Nesse cenário, foi fundamental a criação de uma instituição que centralizasse e coordenasse as políticas governamentais do cinema brasileiro. Assim, a fundação da Embrafilme⁹ foi a resposta para essa demanda (Carvalho; Silveira, 2016). Seu principal propósito era fomentar a produção cinematográfica nacional por meio da promoção do nacionalismo. De acordo com Napolitano (1998), esse período foi particularmente marcado pelo auge

9 A Embrafilme fornecia financiamento para projetos cinematográficos, priorizando aqueles que estavam alinhados com os interesses e os valores do governo. Isso permitia ao governo controlar diretamente quais filmes seriam produzidos e quais temas seriam abordados.

da repressão e da censura do governo Médici (1969-1974), com a implementação do AI-5. Dessa forma, a censura se tornou rotina na indústria cinematográfica, limitando a diversidade de vozes e perspectivas no cinema nacional.

Ditadura e festivais: impactos em Alagoas

O Rio São Francisco desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da atividade comercial de Penedo. Como uma via navegável, possibilita o transporte de mercadorias entre a cidade e outras regiões do Brasil. Na década de 1970, esse transporte fluvial era essencial para a economia local, facilitando o comércio de produtos agrícolas, manufaturados e outros bens.

O comércio de Penedo tinha todo o suporte no porto, as casas comerciais, principalmente de secos e molhados, se instalaram na mediação do porto [...] o dinheiro de Penedo realmente circulava, na região portuária, nas mãos dos marinheiros, gringos [...], e de outras nacionalidades, inclusive brasileira (Jornal de Alagoas, 1978, p. 13).

Por outro lado, o progresso da infraestrutura em outras cidades ribeirinhas, notadamente com a construção da ponte que ligava Propriá (SE) e Porto Real do Colégio (AL), reduziu a dependência por Penedo em relação ao Rio São Francisco como principal rota de comércio e transporte. Este cenário impactou diretamente a economia local, uma vez que a interconexão Norte-Sul passou a ser realizada com mais frequência por meio da ponte (Refesa, 1972).

Durante o desenrolar da segunda metade de 1970, marcada pela crise de legitimidade do regime militar

estabelecido em 1964 e sua incapacidade de solucionar os desafios econômicos do País, Penedo foi palco de oito edições do Festival Brasileiro de Cinema. Esse momento se tornou ainda mais complexo devido aos impactos da crise do petróleo e à recessão econômica global, somados ao fortalecimento dos segmentos de oposição política após as eleições parlamentares de 1974. O general Ernesto Geisel, quarto presidente militar, assumiu o cargo em um momento de agravamento da crise, o que intensificou a necessidade de uma transição gradual para a democracia no Brasil. Seus primeiros meses de governo despertaram considerável expectativa na sociedade, alimentando aspirações por progressos rumo à democratização.

Em dezembro de 1968; um segundo período dos chamados “anos de chumbo”, que prevaleceram sobretudo no governo Médici e começo da administração Geisel, de 1969 a 1975; e finalmente a fase da longa transição democrática que se iniciou sob Geisel e terminou com o fim do governo Figueiredo, no começo de 1985. Transição essa que – para efeito da análise sobre a vigência da censura – sobreviveu ao fim da ditadura, até a promulgação da Constituição de 1988, que formalmente aboliu a censura (Ridenti, 2018, p. 87).

No entanto, episódios violentos, como o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, incitaram a indignação popular às barbáries do golpe e culminaram na mobilização nas ruas. Diante dessas contradições e da crescente insatisfação popular, o governo militar sentiu-se compelido a adotar medidas que sugerissem uma abertura política. Assim, implementou o chamado “Pacote de Abril”.

No entanto, o pacote acabou por fechar o Congresso, alterar a legislação eleitoral e prolongar o mandato presidencial para seis anos, mantendo, na prática, o controle militar sobre o processo político.

A revogação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), ao término do mandato de Geisel, pode ter sido interpretada como um gesto de abertura política, mas a concessão ao próximo presidente o direito de decretar “estado de sítio” a qualquer momento revelou a manutenção do autoritarismo latente no regime. Essas medidas, longe de representar uma verdadeira democratização, mostraram-se como tentativas de preservar o domínio das Forças Armadas sobre o processo de transição política (Ligiéro, 2011).

Com a ascensão de João Batista de Figueiredo à Presidência, em 1979, o último dos generais do governo militar, novas esperanças surgiram para a redemocratização. No entanto, ocorreu o recrudescimento das lutas e mobilizações sociais, com as greves do ABC Paulista e as “Diretas Já”, movimento que buscava a garantia de eleições diretas para presidente da República (1983-1984), e aconteceu, principalmente, em 1984, quando houve uma grande mobilização popular em todo o Brasil exigindo eleições diretas para presidente da República. Contudo, a mobilização popular não impediu que a Emenda das Diretas fosse derrotada no Congresso Nacional no dia 25 de abril, ao faltarem 22 votos para sua aprovação.

As Diretas Já tomaram as ruas. A emoção aparece clara na voz de milhões de pessoas que descobrem que o hino nacional é do povo. E que o povo tem voz e deve ser ouvido. A bandeira é o símbolo da terra, como se cantava obrigatoriamente nas escolas e que agora parece uma linda can-

ção de esperança. Um grande momento do Brasil (Gontijo, 1996, p. 57).

O bipartidarismo foi uma característica central do sistema político instaurado pela ditadura civil-militar no Brasil e vigorou entre 1966 e 1979. Em Alagoas, essa divisão refletiu na dinâmica política do estado, com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) representando uma alternativa para aqueles contrários ao regime, buscando resistência política e a restauração da democracia. Apesar das restrições e perseguições enfrentadas, os membros do MDB mobilizaram a sociedade civil e mantinham viva a oposição. Por outro lado, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) detinha o controle das estruturas de poder, ocupando os principais cargos políticos e administrativos e mantendo uma estreita relação com as Forças Armadas, apoiando as políticas autoritárias do governo central (Santos, 2017).

Considerando os meandros da censura e a estrutura política vigente na época, é imprescindível examinar a realização do Festival de Cinema, estabelecendo conexões diretas com os governantes do estado. Divaldo Suruagy, após ingressar na Arena, alçou-se ao cargo de deputado estadual em 1970 e se destacou como líder da bancada. Seu desempenho eficiente assegurou-lhe a nomeação, em 1974, para governar o estado de Alagoas, por designação do presidente Ernesto Geisel (Pereira, 2021).

No mesmo ano, o Festival Brasileiro de Cinema de Penedo foi anunciado. De acordo com o jornal *Última Hora* (1975), do Rio de Janeiro, a iniciativa foi do Departamento de Assuntos Culturais (DAC) da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Alagoas, sob a direção de Solange Lages; do Ministério da Cultura; do Instituto Nacional de Cinema (INC) e da Embrafilme, em parceria com a Prefeitura

de Penedo. No que concerne ao festival, o jornal *O Globo* (1975, p. 5) relatou que:

Diferente de todos os outros festivais de cinema realizados no Brasil, o Festival de Penedo é uma espécie de evento popular onde o cinema funciona como elemento convergente de outras manifestações culturais que culminam com a famosa procissão fluvial do Bom Jesus dos Navegantes. Durante quatro dias, principalmente aos sábados e domingos, a pequena e histórica cidade alagoana centraliza o que há de mais típico no Estado em matéria de folclore, festas populares e religiosas.

O principal argumento para a instalação do festival em Penedo foi baseado no fato de o município já estar incluído no Plano de Recuperação das Cidades Históricas do Nordeste, implementado desde 1964.

Um dos principais métodos adotados pelo regime autoritário para se perpetuar no poder foi a denominada “estratégia de acomodação”. Essa abordagem, defendida por Rodrigo Patto de Sá Motta (2016), consistia em substituir a repressão direta por táticas de cooptação e manipulação de diversos setores da sociedade civil e da classe política. Esses grupos eram beneficiados com privilégios econômicos, acesso a recursos e vantagens em troca de sua colaboração ou omissão diante das violações de direitos humanos e das arbitrariedades cometidas pelo governo militar. Sobre o termo, Motta (2016, p. 16) afirma que:

A preferência por acomodação no lugar de conciliação é porque o primeiro termo permite expressar sentidos mais amplos. A

conciliação na tradição brasileira significa o acordo político realizado nas altas esferas do poder, envolvendo os grupos dirigentes do Estado. A acomodação, tal como é utilizada aqui, permite integrar esse sentido e incluir também arranjos realizados em outros espaços sociais e institucionais com envolvimento de outros atores, como acadêmicos, cientistas, intelectuais e produtores culturais.

Motta(2016)ressalta a importância crítica de considerar que, no contexto brasileiro, vastas parcelas da população se demonstraram apáticas ou alheias aos grandes embates políticos do golpe, acentuando, assim, o tradicionalismo da exclusão política brasileira. Para além da exclusão social e da pobreza extrema, muitas vezes em combinação com tais fenômenos, observa-se a exclusão política de grupos sociais marginalizados da cidadania, incluindo o direito ao voto.

Durante as edições do festival, a “estratégia de acomodação” pode ser observada por dois âmbitos. Primeiramente, pela institucionalidade governamental de seus organizadores. Em segundo lugar, pela observação dos filmes selecionados na programação. A preferência por películas neutras e distantes das controvérsias políticas da ditadura visava evitar confrontos com a censura e garantir a continuidade do evento.

Sobre as pedras de Penedo, os festivais

A primeira edição do festival ocorreu entre os dias 9 e 12 de janeiro de 1975 e teve como tema “O autor brasileiro no cinema” (Diário Popular, 1975, p. 4). Todavia, a inclusão de uma retrospectiva sobre o movimento Cinema Novo (Última Hora, 1975) e a exibição de filmes de seus precursores,

de certo modo, divergem com relação às acomodações institucionais. Filmes como *São Bernardo*, dirigido por Leon Hirszman, *Os condenados*, de Zezito Viana, e *Joana Francesa*, do diretor alagoano Cacá Diegues. Embora esses títulos não abordassem diretamente a ditadura militar, destacavam-se por sua estética intelectualizada e rica em elementos brasileiros, servindo para reflexões sobre o Brasil durante o período do golpe.

A programação foi diversificada, com exhibições de longas e curtas-metragens inscritos na mostra competitiva, tanto no Cine São Francisco quanto no Cine Penedo. Além das projeções cinematográficas, o festival realizou espetáculos musicais e teatrais, concursos de contos e poesias e exposições de fotografias. Destacou-se um concerto de música popular no palco do Cine São Francisco, dirigido por Ricardo do Cravo Albin¹⁰ e com a participação de renomados músicos, como o flautista, compositor e arranjador brasileiro Altamiro Carrilho e o violonista Paulo Tapajós. A Igreja Nossa Senhora dos Anjos também sediou um concerto de flauta e piano apresentado pelos músicos convidados (Última Hora, 1975).

A conclusão do 1º Festival de Cinema foi marcada pela tradicional procissão que celebrava o encerramento da Festa do Bom Jesus dos Navegantes de Penedo, realizada na cidade desde 1884. Os críticos elogiaram o evento, conforme destacado pelo jornal *Gazeta de Alagoas* (1975, p. 5):

A procissão do Bom Jesus dos Navegantes realizada à tarde foi bastante elogiada pelos convidados [...] O inspetor regional do

10 Ricardo Cravo Albin fundou e dirigiu o Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio de Janeiro entre 1965 e 1971. Foi diretor-geral da Embrafilme e presidente do Instituto Nacional de Cinema (INC) entre 1970 e 1971.

Instituto Nacional de Cinema, Sr. Enéas Alvarez e os críticos Fernando Spencer e Celso Marcos, disseram ontem à noite que o festival “apesar dos atropelos iniciais, conseguiu atingir seus objetivos, e movimentar Penedo”. [...] O festival, segundo eles, “foi importantíssimo, porque congregou as maiores expressões da cinematografia nacional para uma análise sincera da sétima arte que o Brasil faz”.

O turismo foi fortalecido durante a realização do festival em conjunto com a celebração religiosa, o que era de grande interesse dos organizadores. Tratando de gestão pública do turismo, o primeiro órgão voltado para o desenvolvimento turístico em Alagoas surgiu em 1968, em Maceió, quando o então governador Antônio Simeão Lamenha Filho criou o Conselho Estadual de Turismo (Cetur), vinculado à Secretaria de Planejamento (Araújo; Ramos; Vasconcellos, 2016). Na década de 1970, outro órgão de turismo foi criado para dar continuidade ao desenvolvimento da atividade: a Empresa Alagoana de Turismo (Ematur), destinada a fomentar o turismo alagoano (Alagoas, 1971). Não eram movimentações ingênuas, há sempre lucros que envolvem a chamada cadeia produtiva da cultura e os empresários do segmento, apoiadores da ditadura, sabiam muito bem por onde caminhar.

Na segunda edição do festival, em 1976, e até a última, em 1982, a imprensa nacional passou a mencionar a Ematur como principal organizadora do evento, juntamente com o Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação (DAC/Senec) e a Embrafilme. As apresentações dos grupos folclóricos de Maceió e a presença do Grupo Teatral da Universidade Federal de Alagoas foram bastante

mencionadas e elogiadas pela imprensa nesta edição (Correio do São Francisco, 1976).

No entanto, o 3º Festival de Cinema Brasileiro de Penedo divergiu significativamente de suas edições anteriores pelas críticas substanciais relacionadas à precariedade de sua infraestrutura. O contexto foi ainda mais agravado pela carência de serviços essenciais como energia elétrica, água e comunicação telefônica durante o penúltimo dia do evento. Além disso, os realizadores reclamavam dos preços excessivos nos serviços oferecidos na cidade. A escassez de opções de hospedagem e transporte entre Maceió e Penedo também foi destacada. Houve reclamações quanto à pouca divulgação no município e um significativo desconhecimento dos penedenses sobre a existência do festival. Porém, o *Jornal de Penedo* (1974, p. 1) já havia abordado essa questão antes mesmo da primeira edição:

Não se tem registrado, sobretudo, em Penedo, uma publicidade correspondente a importância e significação desse acontecimento artístico e social de que se tornará cenário a nossa cidade [...]. Fala-se muito mais lá fora desse Festival de Cinema de Penedo, do que na intimidade de nossa própria comunidade. Em Maceió, há cartazes vistosos preparados em diversos pontos da capital abusivos para essa promoção.

Embora o Festival Brasileiro de Cinema tenha sido oferecido de forma gratuita e mencionado muitas vezes na imprensa como evento popular (Jornal do Brasil, 1977), é necessário averiguar se essa gratuidade pode ser relacionada à acessibilidade efetiva da população local.

Diversos elementos podem ter influenciado a escassa participação da comunidade penedense no festival. A localização do evento no centro histórico pode ter sido um empecilho para os moradores de bairros mais afastados, especialmente aqueles com acesso limitado a transporte. Adicionalmente, a falta de divulgação nas comunidades periféricas pode ter contribuído para a escassa consciência sobre o festival e suas atividades culturais.

Sobre essa questão, é evidente uma discrepância na percepção retratada pela imprensa da época. Enquanto os jornais, principalmente aqueles situados no eixo Rio-São Paulo¹¹, enfatizaram a presença massiva da comunidade penedense no festival, relatos dos periódicos de Penedo¹² foram mais cautelosos e indicaram que isso não estava ocorrendo de forma tão expressiva. Tal contraste evidencia a dualidade das fontes sobre um mesmo contexto histórico.

Além disso, foi na terceira edição que o festival teve um aumento significativo no número de inscrições, com um total de 20 curtas-metragens participando da competição. Em 1975, apenas seis obras foram inscritas; em 1976, o número subiu para 13. Esse aumento expressivo sugeriu maior interesse, por parte dos cineastas alagoanos, em relação ao festival, apesar dos desafios logísticos e estruturais enfrentados pelo evento naquele ano.

Na quarta edição, o festival passou a ser realizado em três dias, e esse formato seguiu até 1980. Nesse ano, o evento passou a ser incluído nas programações de diversas empresas de turismo que realizavam excursões pelo Nordeste brasileiro. Essa inclusão não apenas aumentou o número de visitantes ao festival, mas também promoveu a

11 Diário do Grande ABC (SP), Folha de São Paulo (SP), Diário Popular (SP) e O Globo (RJ).

12 Tribuna Penedense, Jornal do Penedo e Correio do São Francisco.

cidade de Penedo como destino turístico, contribuindo para o desenvolvimento econômico local e, certamente, ganhos financeiros para os apoiadores da ditadura em Alagoas (Jornal de Alagoas, 1977).

Em 1978, a Arena alagoana elegeu o governador Guilherme Palmeira e seu vice-governador, Teobaldo Barbosa. Além disso, a vaga “biônica” do Senado foi entregue a Arnon de Mello, em uma eleição indireta que refletiu as mudanças introduzidas pelo “Pacote de Abril” (Bastos, 2020). Embora essa nova gestão de governo não tenha alterado a continuidade do festival, na quinta edição, apesar da satisfação com o aumento na quantidade de inscrições, novas críticas surgiram em relação ao evento. Desta vez, foram direcionadas à queda na qualidade dos filmes em comparação com edições anteriores. Questões como a falta de originalidade, narrativas fracas e problemas técnicos foram apontadas por especialistas e espectadores (Gazeta de Alagoas, 1977).

Durante a sexta edição, em 1979, um dos marcos mais relevantes foi a decisão de abrir a mostra competitiva de curta-metragem em Super-8 para cineastas de todo o Brasil. No entanto, o caso de maior repercussão foi o manifesto escrito por participantes da mostra competitiva. Entre as principais reivindicações, estavam a falta de transparência na seleção de filmes, a exclusão de cineastas alagoanos e a ausência de representatividade da comunidade penedense na programação do festival. Além disso, o manifesto também criticou a escassez de investimento em infraestrutura e a suposta comercialização excessiva do evento (Jornal de Alagoas, 1980).

Em resposta ao manifesto, foi apresentado um contramanifesto por outros participantes, enaltecendo a qualidade e a organização do Festival Brasileiro de Cinema.

Nessa mesma edição, a proposta de transferir o festival para Maceió levantou dúvidas sobre a capacidade de Penedo sediar um evento tão importante. Enquanto os jornais maceioenses davam ênfase à mudança, os periódicos penedenses relatavam uma tentativa da imprensa da capital de desvalorizar a realização.

Como não houve ocorrência de baderna nem bacanal para servir de manchete aos insaciáveis críticos deste evento, esses entendidos, através dos jornais de Maceió, distorcem os fatos e as coisas do Festival de Penedo, numa campanha destrutiva, dando a esta cidade e ao estado a contribuição de que são capazes. Enquanto isso, um eminente brasileiro, como o ministro Saraiva Guerreiro, diplomata e intelectual [...], declara que Penedo merece um esforço para ser incluído em qualquer roteiro de bom gosto (Tribuna Penedense, 1980, p. 5).

Apesar das divergências, o 7º Festival Brasileiro de Cinema foi mantido em Penedo. Naquela edição, a decisão de ampliar a mostra competitiva foi uma tentativa de diversificar e enriquecer a programação. Isso resultou na inscrição de um número significativo de filmes, provenientes de diferentes estados do Brasil. No entanto, de acordo com o jornal *Gazeta de Alagoas* (1981), a ampliação também gerou impasses, especialmente para os cineastas alagoanos, pois muitos deles não tinham os recursos e financiamentos necessários para competir com os trabalhos de profissionais de outros estados. Como resultado, apenas cinco filmes de quatro cineastas alagoanos foram selecionados.

A oitava edição do festival transcorreu seguindo o mesmo formato da anterior. Nela, persistiram questões relacionadas à infraestrutura e a imprensa local manifestava insatisfação com a cobrança dos longas-metragens:

Estamos no final do VIII Festival de Cinema de Penedo. Como sempre a parte cultural do cinema, estáótima, mas como sempre, também, a parte que deveria ser a principal, pois é um festival de cinema, é péssima. Para encerrar o festival o filme que será apresentado é o longa “Eros, Deus do amor”, pelo título já sabemos do que se trata. No festival, os filmes são pagos, o ingresso custa cem cruzeiros, assim fomos informados. Não sabemos porque, se é uma festa oferecida ao povo, para desenvolver a cultura do povo. Em que é aplicado o dinheiro que não é pouco recebido durante estes dias? (Correio do São Francisco, 1982, p. 5).

As últimas duas edições do festival foram marcadas por uma manifestação pública dos organizadores, expressa através da “Carta de Penedo”, em que solicitavam melhorias para os cineastas e para o próprio evento. As reivindicações espelhavam as crescentes inquietações em relação à infraestrutura da cidade e às condições de realização do festival (Araújo; Graça, 2013). Embora o evento tenha sido considerado um sucesso, críticas à infraestrutura foram veementemente destacadas na imprensa. Os cineastas nordestinos criticaram a centralização da produção cinematográfica do Sudeste do País e defenderam o estímulo aos núcleos de produção cinematográfica já existentes na Bahia e na Paraíba:

Para isso foi pedida a criação de uma legislação específica. O festival selecionou 27 filmes para serem exibidos e apenas nove foram produzidos no nordeste. “Colonização Cultural” foi a expressão usada pelo presidente da seção baiana da Associação Brasileira de Documentaristas, Guido Araújo, para definir as relações entre cineastas e críticos do Nordeste com o Centro-Sul. Segundo ele, com o país voltado muito mais para a cultura europeia e norte-americana que para a de nosso próprio continente, os cineastas nordestinos se relacionam mais com os colegas do eixo Rio-São Paulo que entre eles próprios (Gazeta de Alagoas, 1982a, p. 5).

Em relação a isso, Glauber Rocha (2004), ao analisar o conceito de colonização cultural aplicada ao cinema, delinea-a como a imposição de valores, padrões e modos de expressão estrangeiros sobre a identidade cultural nacional. Assim, a forma de colonização representa uma opressão que compromete a autenticidade e a vitalidade da cultura brasileira. Em consonância, Rocha afirmava que o desenvolvimento eficaz do Cinema Novo estava intrinsecamente ligado à sua integração ao contexto econômico e cultural da América Latina.

Na oitava edição, em 1981, foram premiados os filmes *A superfície domada, partida, dobrada*, de Newton Silva, com texto de Ferreira Gullar; *João Redondo*, de Emanuel Cavalcanti, e *Enigmas populares*, de Celso Brandão. Em contrapartida, a diretoria da Associação Brasileira de Documentaristas de Pernambuco/Associação Pernambucana de Cineastas (ABD-Apecí) denunciou a censura política, o boicote e a discriminação sofridos pelos curtas-metragens

pernambucanos no festival. Em nota pública enviada para Embrafilme, Funarte e outras autoridades ligadas ao cinema e à cultura, as entidades relataram que a comissão organizadora priorizava “futilidades e mordomias, em detrimento dos filmes considerados irrelevantes e das manifestações culturais paralelas” (Jornal do Comércio, 1982, p. 5). Essa reclamação surgiu devido à exclusão dos filmes *Navegar em terra firme*, de Geneton Moraes Neto; *Achados e perdidos*, de Celso Marconi; *Censura livre*, de Ivan Cordelio, e *Cinema Glória*, de Félix Filho e Fernando Spencer.

A decisão de não realizar o 9º Festival, em 1983, foi tomada pela comissão executiva, coordenada pela Ematur, em uma reunião realizada em 2 de dezembro de 1982. A principal justificativa foi a falta de infraestrutura da cidade para realizar um evento que só evoluía a cada edição, sendo observado o esgotamento da estrutura do município para comportá-lo (Araújo; Graça, 2013). Além disso, a concorrência com outros festivais nacionais de cinema no Sudeste do País, na década de 1980, e a distância de Penedo a Maceió foram mencionadas como razões adicionais para o fim do festival (Gazeta de Alagoas, 1982b).

Considerações finais

A contribuição do Festival Brasileiro de Cinema de Penedo para a promoção do cinema alagoano é inegável. O festival transformou Penedo em um centro de referência cinematográfico (Jornal de Alagoas, 1984), as retrospectivas do Cinema Novo e a inclusão de filmes de cineastas renomados demonstraram um compromisso com a preservação, mesmo sob as limitações da censura, em período ditatorial (Araújo; Graça, 2013).

No entanto, a abordagem cautelosa na seleção de filmes, que privilegiava obras menos provocativas e

mais neutras, revela um alinhamento do júri do festival ao tradicionalismo cultural que ainda influenciava a geração de cineastas e críticos presentes no evento, muitos dos que estavam enraizados nos modos de realização cinematográfica da década de 1950. Além disso, diante do contexto da censura imposta pelo golpe civil-militar, o festival optou por uma postura dentro do adesismo e dos “jogos de acomodação”, visando assegurar sua continuidade, abstendo-se de assumir uma posição de oposição ao regime ditatorial. Ressaltamos, ainda, a movimentação no comércio da cidade, que, obviamente, gerava lucros para os grupos empresariais envolvidos com o turismo.

As críticas em relação à infraestrutura precária do festival e à exclusão de cineastas alagoanos no decorrer das edições evidenciam as disparidades que permearam o evento (Gazeta de Alagoas, 1982a). A decisão de encerrar o festival após a edição de 1982, citando problemas logísticos e a competição com outros festivais nacionais, pode ser interpretada como um sinal do esgotamento de sua viabilidade em meio às condições políticas e econômicas da época e o pouco interesse das instituições públicas que patrocinaram o festival em trazer melhorias para a cidade (Araújo; Graça, 2013).

Apenas em 2016, por iniciativa de Sérgio Onofre, coordenador do Festival de Cinema Universitário de Alagoas, foi possível realizar a 9ª edição do Festival Brasileiro de Cinema de Penedo. Naquele ano, foi criado o Circuito Penedo, resultado da união de quatro eventos: o 9º Festival de Cinema Brasileiro, o 6º Festival de Cinema Universitário de Alagoas, o 6º Encontro de Cinema Alagoano e a 3ª Mostra Velho Chico de Cinema Ambiental (Gazeta de Alagoas, 2016).

Em 2023, o Festival Brasileiro de Cinema de Penedo realizou sua 16ª edição no Circuito Penedo, que é

correalizado, desde sua criação, pelas seguintes instituições: Instituto de Estudos Culturais, Políticos e Sociais do Homem Contemporâneo (IECPS), Prefeitura Municipal de Penedo, Secretaria de Estado da Cultura (Secult/AL) e Universidade Federal de Alagoas (Ufal), contando com o patrocínio do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF). O circuito recebe, ainda, apoio do Fórum Setorial do Audiovisual Alagoano e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (Alagoas, s.d.).

Em dezembro de 2023, o município de Penedo foi anunciado como integrante da Rede de Cidades Criativas na categoria Cinema. O título foi concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), órgão da ONU (Universidade Federal de Alagoas, 2023).

Portanto, o ressurgimento do Festival Brasileiro de Cinema, após 34 anos, assume importância significativa para o desenvolvimento da cinematografia alagoana, especialmente diante das transformações políticas no País desde a última edição do evento, durante a ditadura militar. Além disso, instiga análises sobre o cinema como uma forma de representação cultural e social diante das complexidades e transformações do mundo contemporâneo, como também sugere a possibilidade de novos estudos historiográficos, com mais profundidade, sobre a relação de empresários, intelectuais e cineastas alagoanos no período da ditadura.

Referências

ALAGOAR. **Festival Penedo de Cinema**. Disponível em: <https://tinyurl.com/4kr8hsab>. Acesso em: 13 mar. 2024.

ALAGOAS. Poder Executivo Estadual. Governo do Estado. Lei nº 3.148, de 14 de maio de 1971. Autoriza o Poder Executivo a criar uma Sociedade por Ações, destinada a fomentar o turismo e

atividades correlatas e dá outras providências. **Diário Oficial de Alagoas**, n. 91, 15 mai. 1971.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

ARAÚJO, Lindemberg; RAMOS, Silvana Pirillo VASCONCELOS, Daniel Arthur Lisboa de. **Revista Ibero-americana de Turismo (Ritur)**, Penedo, v. 6, n. 1, jan./jun. 2016.

ARAÚJO, Sérgio Onofre Seixas de; GRAÇA, Ándelli D'mara Santos da. Os festivais de cinema de Penedo (1975-1982): impactos para o turismo local. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais...** Natal: Associação Nacional de História, 22-26 jul. 2013.

ARAÚJO, Sérgio Onofre Seixas. Cine Artpopular: uma proposta de democratização do acesso ao cinema nacional em Alagoas. In: PINHEIRO, Alexandre; CAMARGO, Eder dos Santos; ONÇA, Luciano Alves. **Cultura e extensão universitária: democratização do conhecimento**. Belo Horizonte: Malta, 2003.

BASTOS, Marcelo. Guilherme Palmeira: a trajetória de um político sem mácula. **Portal Cada Minuto**, Maceió, 04 mai. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/mryhsfhc>. Acesso em: 10. dez. 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur, 2008.

CARVALHO, Francione Oliveira; SILVEIRA, Rafael Gavião da. Embrafilme x Boca do Lixo: as relações entre financiamento e liberdade no cinema brasileiro nos anos 70 e 80. **Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política**, São Paulo, v. 8, n. 24, p. 73-93, out. 2015/jan. 2016.

CASTRO NETTO, D. A. As agências de propaganda, o golpe e a ditadura militar brasileira. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 112-137, 2019. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/6. Acesso em: 10 mar. 2024.

CORREIO DO SÃO FRANCISCO. **Festival de Cinema de Penedo**. Penedo, p. 5, 12 jan. 1982.

CORREIO DO SÃO FRANCISCO. **II Festival do Cinema**. Penedo, p. 1, 18 jan. 1976.

DIÁRIO POPULAR. **I Festival de Penedo dará ênfase ao cinema brasileiro**. São Paulo, p. 4, 04 jan. 1975.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **População e açúcar no Nordeste do Brasil**. Maceió: Edufal, 2012.

GALVÃO, Elisandra. **A ciência vai ao cinema**: uma análise de filmes educativos e de divulgação científica do Instituto do Cinema Educativo. Rio de Janeiro: ICB/UFRJ, 2004.

GAZETA DE ALAGOAS. **Festival de Penedo termina com críticas ao domínio do Sul**. Maceió, p. 5, 13 jan. 1982a.

GAZETA DE ALAGOAS. **O fim do Festival de Cinema**. Maceió, p. 2, 11 dez. 1982b.

GAZETA DE ALAGOAS. **Luzes, câmeras, restauração!**. Maceió, Caderno B, p. 5, 01 jun. 2003.

GAZETA DE ALAGOAS. **O Festival de Cinema de Penedo**. Maceió, p. 4, 11 jan. 1977.

GAZETA DE ALAGOAS. **O Festival de Cinema tem seu último dia bastante movimentado em Penedo**. Maceió, p. 5, 13 jan. 1975.

GAZETA DE ALAGOAS. **Penedo volta a sediar Festival do Cinema Brasileiro**. Maceió, 28 jul. 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n8hrtsv>. Acesso em: 13 mar. 2024.

GAZETA DE ALAGOAS. **VII Festival Brasileiro de Cinema de Penedo**. Maceió, p. 2, 04 jan. 1981.

GONTIJO, Silvana. **A voz do povo**: o ibope do Brasil. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

JORNAL DE ALAGOAS. **Festival de Cinema terminou em protesto**. Maceió, p. 4, 13 jan. 1980.

JORNAL DE ALAGOAS. **I Festival de Cinema de Penedo**. Maceió, p. 8, 08 jan. 1975.

JORNAL DE ALAGOAS. **O Festival Brasileiro de Cinema de Penedo**. Maceió, p. 5, 13 jan. 1984.

JORNAL DE ALAGOAS. **O Festival de Cinema de Penedo**. Maceió, p. 4, 28 dez. 1977.

JORNAL DE ALAGOAS. **Penedo hoje**. Maceió, p. 13, 01 dez. 1978.

JORNAL DO BRASIL. **Penedo, um festival popular**. Rio de Janeiro, p. 5, 13. jan. 1977.

JORNAL DO COMÉRCIO. **ABD-Apecí denuncia Festival de Penedo**. Recife, p. 5, 13 jan. 1982.

JORNAL DO PENEDO. **Festival de Cinema de Penedo e o silêncio que o cerca**. Penedo, p. 1, 29 dez. 1974.

JORNAL DO PENEDO. **O Festival de Cinema de Penedo e o silêncio que o cerca**. Penedo, p. 1, 29 dez. 1974.

LIGIÉRO, Luis Fernando. **A autonomia na política externa brasileira**: a política externa independente e o pragmatismo responsável – momentos diferentes, políticas semelhantes?. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. **Páginas**: Revista Digital de la Escuela de Historia, Rosário, ano 8, n. 17, p. 9-25, mai./ago. 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/4pke2rrz>. Acesso em: 08 abr. 2024.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro**: 1964-1985. São Paulo: Atual, 1998.

O GLOBO. **Festival de Penedo incentiva surtos regionais de cinema**. Rio de Janeiro, p. 5, 13 jan. 1975.

PEREIRA, L. R. A criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo na Era Vargas: debates e circulação de ideias. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 20, n. contínua, p. e025, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/52487ju2>. Acesso em: 22 abr. 2024.

PEREIRA, Ladenilson José. **O cinema no ensino de História: as chanchadas nos anos 50.** São Paulo: Cadernos de Pós-Graduação, 2010.

PEREIRA, Priscila Oliveira. **Missão Portella no jornal O Estado de São Paulo em 1974: o processo de indicação dos futuros governadores.** 2021. 121 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

REFESA. **A ponte da integração.** São Paulo, p. 7, 16 jul.1972.

RIDENTI, Marcelo. **Censura e ditadura no Brasil: do golpe à transição democrática – 1964-1988.** Rio de Janeiro: Concinnitas, 2018.

ROCHA, Glauber. Eztetyka da Fome. *In*: ROCHA, Glauber. **Revolução do Cinema Novo.** São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ROCHA, Glauber. **Revisão crítica do cinema brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

SANTOS, Paulo V. B. **Discursos, práticas e memória: o MDB em Alagoas e a ditadura militar.** 2017. 180 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

SILVA, M. A; MUNIZ, B.M. A cidade que abraça uma rocha: histórias de Penedo do Rio São Francisco, Alagoas. **Geonomos**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 125-134, 2016.

TRIBUNA PENEDENSE. **COMO incomoda o Festival de Cinema de Penedo. Penedo**, p. 5, 13 jan. 1980.

ÚLTIMA HORA. **A arte e o povo.** Rio de Janeiro, p. 6, 13 jan. 1975.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Penedo é reconhecida como Cidade Criativa pela Unesco na categoria Cinema.** 01 nov. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/4vvrpsk9>. Acesso em: 14 mar. 2024.